



Adm. 2013/2016

1. INTRODUÇÃO

1.1. Breve histórico do Plano Municipal de Educação de Fronteira

1.1.1. Contexto Nacional

A História da Educação no Brasil evoluiu juntamente com os desdobramentos político-sócio-culturais do nosso país. Fomos uma colônia, passamos por uma monarquia e só mais tarde já no final do século XIX nos tornamos uma república.

O período colonial se deu dentro do contexto do expansionismo marítimo-comercial das metrópoles ibéricas, no final do século XV e início do XVI. Coincidentemente, essa foi também a época de uma das maiores crises pelas quais passou a Igreja Católica, desde o seu primeiro grande cisma quando o Catolicismo se desdobrou em Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja Católica Ortodoxa, nos primeiros séculos de Cristianismo. Na época dos chamados descobrimentos, o Catolicismo cindia-se entre Catolicismo e Protestantismo. É assim que surge a Companhia de Jesus que tinha como um dos objetivos expandir a fé católica para outros continentes. Temos, então, a vinda dos padres jesuítas junto com os colonizadores portugueses e iniciou-se o processo de catequese juntos aos índios. Foram então criados durante todo o período colonial, seminários e colégios sob a tutela dos jesuítas, até a época de sua expulsão do Brasil pelo Marquês de Pombal.

Se existia alguma coisa muito bem estruturada em termos de educação até esse momento, o que se viu depois foi um caos.

Essa situação começa a tomar nova feição com a vinda da Família Real para o Brasil, no início do século XIX. Toda a administração do Reino foi transferida para nossas terras. Para permanecer por tempo indeterminado no Brasil, D. João VI abriu Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, Biblioteca Real, Jardim Botânico e a Imprensa Régia. A educação, no entanto, continuou a ter uma importância secundária. Basta verificarmos que, enquanto nas colônias espanholas, nesse mesmo período já existiam muitas universidades, a nossa primeira só surgiu em 1934, em São Paulo.

Durante todo o Império, que surge com a independência em 1822 e se estende até 1889, pouco se fez em questão de educação e a que existia era de qualidade duvidosa. Com a instalação da República no Brasil surgem as primeiras ideias de um plano que tratasse da educação para todo o território nacional. À medida que o quadro social, político e econômico do início do século XX se desenhava, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do país. Começava a haver uma grande preocupação com a instrução, nos seus diversos níveis e modalidades. Nas duas primeiras décadas, as várias reformas educacionais ajudaram o amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional.

Em 1932 – dentro do Governo Provisório de Getúlio Vargas – educadores e intelectuais lançaram um manifesto ao povo e ao governo, que ficou conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação”. Propunham a reconstrução educacional, “*de grande alcance de vastas proporções [...] um plano com sentido unitário e de bases científicas [...]*”. O documento teve grande repercussão e motivou uma



Adm. 2013/2016

campanha que resultou a inclusão de um artigo específico na Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934 sobre a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação.

Todas as constituições posteriores, com exceção da Carta de 1937 – as bases do Estado Novo de Getúlio Vargas – incorporaram implícita ou explicitamente essa ideia e havia, subjacente, o consenso de que o plano deveria ser fixado por lei.

Entretanto, isso não se concretizou, apesar das iniciativas tomadas em 1962 e 1967. Somente com a Constituição de 1988, cinquenta anos após a primeira tentativa oficial, ressurgiu a ideia de um Plano Nacional de longo prazo, com força de lei, para conferir a estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação.

Entre 1993 e 1994, após a Conferência Mundial de Educação, em Jontiem, Tailândia, e por exigência de documentos resultantes desta conferência, foi elaborado o Plano Nacional de Educação para Todos, num amplo processo democrático coordenado pelo MEC. O plano foi aprovado no final do governo de Itamar Franco e praticamente esquecido pelo governo que o sucedeu.

Em 1996, é aprovada a segunda LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [Lei 9.394/96], que insiste na necessidade de elaboração de um plano nacional em sintonia com a Declaração Mundial Sobre a Educação para Todos, com duração de dez anos, para reger a educação na Década da Educação. Estabelece, ainda, que a União encaminhe o plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada lei, com diretrizes e metas para todos os níveis e modalidades de ensino.

Em fevereiro de 1998, chega a Câmara dos Deputados dois projetos de lei visando a instituição do Plano Nacional de Educação: o Projeto nº 4.155/98 apresentado pelo Deputado Ivan Valente e o Projeto nº 4.173/98 apresentado pelo MEC.

Ao final de um longo processo de discussões, o relator da Comissão de Educação opta por redigir um substitutivo, incorporando as contribuições dos dois projetos, que em 14.12.2000 foi aprovado.

Em 09 de janeiro de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 10.172 que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE – e que estabelece a obrigatoriedade dos Estados e Municípios elaborarem e submeterem à apreciação e aprovação do Poder Legislativo correspondente, a proposta de um Plano Decenal próprio.

Após longo debate e tramitação no legislativo federal, a Presidenta da República Dilma Rouseff sancionou a lei 13.005 de 25 de junho de 2014, instituindo no novo PNE, que apresenta 10 diretrizes e 20 metas para a próxima década. As diretrizes são:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;



Adm. 2013/2016

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

1.1.2. Contexto Estadual

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 recomendasse em seu Artigo 10 que *“Os Estados incumbir-se-ão de [...] elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos Municípios”*, a Secretaria de Estado da Educação, em respeito à autonomia dos municípios, enquanto entes federados autônomos, e à política de Cooperação Mútua – iniciada neste Estado na década de 90, optou por sugerir, de comum acordo com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, Seção MG – UNDIME/MG – um percurso crítico de planejamento, a partir de determinada filosofia de trabalho e de trilhas consideradas mais eficazes na construção democrática de Planos Decenais de Educação de Minas Gerais.

Tal percurso pressupôs que os municípios traçassem ao mesmo tempo em que o Estado e em ação articulada com o Plano Nacional de Educação, diretrizes e objetivos gerais para a Educação e, em ação autônoma, elaborassem, a partir de amplo diagnóstico, os objetivos, metas e ações específicas que correspondessem às expectativas de cada um dos seus municípios e modalidades de ensino.

Essa proposta representa o reflexo das idas e vindas de discussões entre os atores mais relevantes, envolvidos no processo, durante o tempo de pré-planejamento. Podemos ainda dizer que ela espelha, um modo de se acreditar no planejamento como processo democrático, baseado no diálogo e na troca de experiências, a partir de dados da realidade.

Seguindo essa orientação, e com o devido cuidado para que os Planos Municipais não corram o risco de ficar apenas no desejo, como tantos outros, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, orientou Fronteira e os demais 852 municípios mineiros, na elaboração de nossos respectivos planos, oferecendo-nos apoio técnico para a construção democrática e científica do Plano, inclusive através de um “Atlas da Educação de Minas Gerais”, elaborado pela Fundação João Pinheiro, contendo dados estatísticos necessários ao diagnóstico da educação municipal.

Desse modo, em Minas Gerais, Estado e Municípios construímos em bases pactuadas e negociadas e em tempo único, os nossos respectivos Planos Decenais de Educação, de forma articulada com o Plano Nacional e de acordo com nossas demandas e vocação histórico-sociais.

Os objetivos a serem contemplados pelo Plano Estadual de Educação – PEE/MG, já se encontram explicitados no Art. 204 da Constituição Estadual – CE/98 e são os seguintes:

- I. Erradicação do analfabetismo;
- II. Universalização do atendimento escolar;
- III. Melhoria da qualidade do ensino;
- IV. Formação para o trabalho;



Adm. 2013/2016

V.Promoção humanística, científica e tecnológica.

Com a sanção da Lei Federal nº 13.005 de junho de 2014, o Estado de Minas Gerais fica também obrigado a elaborar o seu Plano Estadual de Educação.

1.1.3. Contexto Municipal

A Lei Orgânica do Município de Fronteira dedica todo seu Capítulo IV e os Artigos de nº 184 a 190 à Educação. Apesar de não falar da obrigatoriedade de elaboração de metas para educação municipal, os artigos preveem todas as políticas voltadas para a melhoria da Educação. Assim, no seu Artigo 190, a nossa Lei Orgânica reza que “As ações do Poder Público na área do ensino visam à:

1. Erradicação do analfabetismo;
2. Universalização do atendimento escolar;
3. Melhoria da qualidade do ensino;
4. Formação para o trabalho;
5. Promoção humanística, científica e tecnológica do país.”

Assim, os objetivos da Lei Orgânica são os mesmos do Plano Nacional e os objetivos específicos podem ser enunciados a partir dos desafios por ele colocados aos municípios:

1. Ampliação do atendimento e promoção da equidade;
2. Busca da eficiência, melhoria da qualidade da educação e valorização do magistério;
3. Ampliação dos recursos para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – e acompanhamento e controle social;
4. Descentralização, autonomia da escola e participação da sociedade na gestão educacional.

Considerando o estágio de desenvolvimento em que se encontra Fronteira, evidenciado pelo seu diagnóstico educacional, as expectativas da sua população e a escassez de recursos, apontamos como prioridades para o município:

1. Reduzir gradativamente o analfabetismo;
2. Manter o número adequado de alunos por turma,
3. Manter o transporte escolar rural e alimentação escolar;
4. Reformar as unidades escolares existentes e construir novas unidades conforme a demanda;
5. Melhorar o desempenho acadêmico em todos os níveis;
6. Capacitar de forma contínua os profissionais da educação, com a respectiva valorização;
7. Implantar gradativamente o ensino de tempo integral, com prioridade para a Educação Infantil e Fundamental;
8. Universalizar a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Ensino Médio;
9. Ampliar a oferta de vagas em creches;
10. Adequar a rede física provendo-as de materiais pedagógicos e tecnológicos segundo as necessidades para cada modalidade de ensino;
11. Não perder de vista a inclusão de crianças, adolescentes e jovens com necessidades especiais na rede regular de ensino, mantendo convênio através de subvenção com a APAE;
12. Modernizar a gestão do Sistema Municipal de Ensino;
13. Incentivar matrículas de jovens no ensino superior e profissionalizante através de criação de associação de estudantes universitários, com subvenção anual para o transporte intermunicipal, conforme dotação orçamentária específica;



Adm. 2013/2016

14. Aprimorar os mecanismos de gestão democrática.

Como se percebe essas metas não são metas da Secretaria Municipal de Educação para a rede municipal. Os objetivos e metas que nele estão fixados são objetivos e metas dos cidadãos e das organizações da sociedade civil existentes no município e dizem respeito à educação de Fronteira, em todos os seus níveis e modalidades de ensino e não apenas aqueles referentes a sua responsabilidade constitucional de oferta.

Constituem, portanto, um plano de Estado, razão pela qual transcende governos e tem a expectativa de que os próximos governantes cumpram com os compromissos aqui expressos que, sem dúvida, explicitam a vontade de seus cidadãos.

1.2. Pressupostos das Metas para a Educação Municipal

1.2.1. Pressupostos Políticos-Institucionais

Os marcos políticos-institucionais responsáveis pela elaboração das Metas para a Educação Municipal são:

A – A Constituição Federal de 1988 – CF/88 que estabelece no seu Artigo 214 a “*Fixação, por lei, de um Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público*”.

B – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/96 – que estabelece no seu Artigo 9 que “*A União incumbir-se-á de elaborar o Plano Decenal de Educação, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios*”. E no seu Artigo 10 que “*Os Estados incumbir-se-ão de (...) elaborar e executar políticas de planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos Municípios*”.

C – A Constituição Estadual – CE-MG/89, que no seu Artigo 204 estabelece “*O Plano Estadual de Educação, de duração plurianual, visará a articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, à integração das ações do Poder Público e à adaptação ao plano nacional*”.

D – A Lei Federal 10.172/01 que institui o Plano Nacional de Educação;

E – A Lei Federal 13.005/2014 que institui o novo Plano Nacional de educação;

F – Compromissos Internacionais. Além dos instrumentos legais nacionais, ainda constituem pressupostos internacionais firmados pelo Brasil mais diretamente relacionados à Educação:

- Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jontiem, na Tailândia em 1990;
- Declaração de Cochabamba, dos Ministros da Educação da América Latina e do Caribe, sobre a Educação para Todos, em 2000;
- Conferência de Dacar sobre a Educação para Todos, promovida pela UNESCO, também em 2000.

G -Lei Orgânica do Município;

H - Finalmente, constitui marco político-institucional do Município de Fronteira, o Decreto nº 2.330 de 02 de setembro de 2014 que nomeia os membros da Comissão Municipal e a Equipe Técnica responsáveis pela elaboração das Metas e Estratégia para a Educação do Município, o que demonstra um avanço da postura democrática do município em relação a construção das suas políticas públicas.



Adm. 2013/2016

1.2.2. Pressupostos Conceituais

Educar não é tarefa simples e fácil. Se assim fosse, a Educação não seria alvo, desde os tempos antigos, de estudos das mais diversas áreas, iniciando com antigos filósofos gregos e chegando até nós passando por diversas concepções também no campo da psicologia e da sociologia. É tarefa que pressupõe essas mesmas concepções estruturadas e explícitas de homem, mundo, sociedade, sociedade escolar, das relações família-escola, professor-aluno, métodos, teoria pedagógica, didática e avaliação.

É aqui que está o coração do Plano de Metas. Se for aqui que colocaremos as concepções que sedimentarão comportamentos político-administrativos e políticos-pedagógicos na construção da política educacional de Fronteira, então os pressupostos conceituais serão aqueles que são a base Dessa política: educação de qualidade como direito de todos – educação com participação democrática – educação calcada na realidade contemporânea – educação como desafio para as demandas sociais.

1.2.3. Pressupostos metodológicos

Por se tratar de planejamento que tem como objetivo apontar a vontade política no campo educacional, a elaboração deste plano contou com os seguintes momentos:

A – Oficinas

- Realizada em Uberaba no segundo semestre de 2014 com técnico da SEE-Belo Horizonte e técnicos da SRE-Uberaba.

B – Criação da Comissão para elaboração das Metas para Educação Municipal:

- No dia 22 de junho foi criada a Comissão e a Equipe Técnica para elaboração das metas, através do Decreto nº 2.330, de 02 de setembro de 2014, tendo como membros representantes da Secretaria Municipal da Educação, da Superintendência Regional de Ensino, do Legislativo, das escolas Municipais e Estadual, dos Pais, da Sociedade Civil, do Conselho Tutela, dos Estudantes Universitários e do Sistema S.

B – Sensibilização da comunidade - 16 de setembro de 2015-local: Escola Municipal ABC– Fronteira - MG

Logo no início foi realizada uma palestra, onde o Sr. Renato Malvezzi, Secretário Municipal da Educação apresentou a filosofia política do plano de metas, destacando que este é uma exigência de lei e que deveria ser construído em bases pactuadas. Atenderam a convocação alguns membros do poder executivo e legislativo municipal, representantes de entidades civis e representantes da rede educacional e professores.

D – Reuniões da Equipe Técnica

- A partir de sua criação, a Equipe Técnica passou a se reunir ainda em 2014 para os trabalhos de elaboração das metas. Os trabalhos foram retomados em 2015 levantando dados para o diagnóstico, coletados junto as escolas, nos arquivos da Secretaria Municipal da Educação, nos sites do MEC, do INEP e FNDE, do IBEGE, no banco de dados da Secretaria de Assistência Social e Saúde, no banco de dados da Secretaria de Finanças e na legislação afim.
- Realizado o diagnóstico, a Equipe Técnica realizou no dia um dia trabalho, com representantes de diretores, supervisores/coordenadores, professores, colhendo sugestões para o documento pré-base contendo as metas e as estratégias do PDMF.
- Sistematização das metas pela Equipe Técnica ;
- Reunião na SRE com equipe Técnica e outros Secretários Municipais de Educação;



Adm. 2013/2016

- Reunião da Equipe Técnica Municipal para adequações ao texto pré-base;
- Reunião na SRE com equipe Técnica e outros Secretários Municipais de Educação;
- Apresentação pela Equipe Técnica do documento pré-base aos membros da Comissão e sistematização e aprovação do documento base.
- Socialização do documento base e preparação para a Conferência Municipal de Educação.

E – Conferência Municipal de Educação: dia 26 de junho de 2015.

F – Envio para a Câmara

1.3. Caracterização do Município

1.3.1. Localização de Posição Geográfica

Mesorregião: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

Microrregião: Frutal

Superintendência Regional de Ensino: Uberaba

Região de Planejamento: Triângulo

Pólo Regional de Ensino (Sede) – Triângulo – Uberlândia

Área: 199,9 Km²

Ano de Instalação: 1962

População total:

- 2004: 9.392
- 2010: 14.041
- 2014(estimativa): 16.036

Taxa de urbanização (2000): 76,8%

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000): 0,794

Fronteira está localizada na divisa de Minas Gerais com São Paulo, na Zona do Triângulo, integrando a microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro. É o menor município dessa microrregião, com apenas 223 quilômetros quadrados, dos quais cinquenta está submerso pelas águas do lago construído pela Usina Hidrelétrica de Marimbondo, de propriedade das Centrais Elétricas de FURNAS.

Está há 700 quilômetros de Belo Horizonte, há 500 da capital do Estado de São Paulo, há 170 de Uberaba, 230 de Uberlândia, 50 de Frutal e 60 de São José do Rio Preto-SP.

Está a uma altitude de 420 m. Sua posição é marcada pelas coordenadas geográficas de 20° 16' 45" de latitude sul e 49° 12' 34" longitude oeste.

1.3.2. Quadro natural original

Geologicamente, o Triângulo Mineiro faz parte da Bacia Sedimentar Paranaica. Na região de Fronteira, o Bálsamo Serra Geral, pertencente ao grupo São Bento, datado do Cretáceo Inferior, aflora numa estreita faixa ao longo do Rio Grande, nas porções Sul e Sudeste. Nas demais regiões do município, correspondendo a cerca de $\frac{3}{4}$ da área total, ocorre uma cobertura datada do Terciário.

No que se refere a morfo-estrutura, inclui-se no “Domínio dos Relevos Modelados em Rochas Sedimentares”, fazendo parte do Planalto Ocidental Paulista.



Adm. 2013/2016

Esse relevo, extremamente suavizado tem atitudes que variam entre 450 e 530 m, aproximadamente. Verifica-se um decréscimo na altitude em direção Sul. A repetição das cotas altimétricas indica um aplainamento geral na região. A diferença de altitude entre o nível dos topos e o nível dos fundos dos vales nunca é superior a 50 m.

Sobre as regiões baixas e planas, em níveis altimétricos situados abaixo da cota de 500 m, estendem-se alagadiços, ora acompanhados de cursos d'água, como por exemplo, os córregos do Pântano, das Garças e da Espora, ora constituindo lagoas, algumas permanentes, outras temporárias. A Lagoa Escura é drenada pelo Córrego do Pântano. A maior concentração de lagoas verifica-se na região de São José dos Feixes. Nas proximidades do Distrito de Santo Antonio localiza-se a Lagoa Seca, que possui caráter temporário.

O clima dominante é o tropical quente e úmido. A precipitação média anual situa-se em torno de 1.500 mm, sendo que as chuvas concentram-se no período de outubro a março. A estação seca coincide com o período mais frio. Sua temperatura média anual é superior 18°C. A amplitude térmica varia entre 5 a 7°C.

Originalmente, a região foi ocupada por uma vegetação relativamente diversificada, com importante predomínio do cerrado caducifólio. Apresentava um estrato arbustivo, constituído de arbustos esparsos, tortuosos e de casca grossa e um estrato herbáceo, constituído de gramíneas. Existiam manchas da floresta subcaducifólia tropical, sobretudo nas áreas de ocorrências de rochas basálticas, sobre terra roxa.

Ao longo das regiões alagadiças, as antigas veredas eram formadas principalmente pelas palmeiras buritis.

1.3.3. Histórico do Município

1.3.3.1. Origem

Fronteira nasceu de um sonho. Na década de 40, o empresário e intelectual paulistano Maurício Goulart reuniu um grupo de amigos com um projeto inusitado: criar uma cidade modelo bem no meio do Brasil Central. O projeto foi levado a cabo em uma aventura extraordinária, sendo que no plano constavam largas avenidas arborizadas, com infra-estrutura projetada. Já em 1943 constava com os serviços da ECT (Companhia de Correios e Telégrafos) e de Telefonia. Possuía também aeroporto que daria suporte a cassinos, numa época em que o jogo era uma atividade legalizada. O nome Fronteira não foi escolhido em virtude da condição fronteira da nova cidade, mas pelo significado que a idéia de se construir um núcleo em plena selva trazia para seus idealizadores e construtores, isto é, uma nova realidade que se abria em suas vidas.

O núcleo cresceu integrado ao Município de Frutal, do qual se desligou em 30 de dezembro de 1961, quando a Lei nº 2.764 criou o município.

1.3.3.2. Intervenção sobre a natureza

A necessidade da expansão de área agrícola e pastagem acabaram por atingir violentamente a vegetação original do cerrado que ali preexistia.

Os constantes cortes do cerrado reduziram o estrato arbóreo a pequenos vestígios, que são pequenos arbustos esparsos, muito dispersos, preservados em algumas pastagens para sombreamento.

No que diz respeito à expansão da pecuária, o estrato herbáceo original foi completamente substituído por uma grande variedade de forrageiras, com o predomínio da braquiária. As



Adm. 2013/2016

pouquíssimas reservas de cerrado que ainda subsistem são de pequeníssimas dimensões e encontram-se completamente destituídas de suas características fisionômicas originais. A agricultura, principalmente o plantio da cana-de-açúcar, contribuiu quase que de forma decisiva, para essa descaracterização. Pode-se afirmar que no município o desmatamento quase atingiu dimensões absolutas.

Ao longo das regiões alagadiças, antigas veredas foram igualmente degradadas, quase não sendo mais encontradas as palmeiras buritis, características dessa associação vegetal. Veredas e pântanos têm sofrido o impacto da ação humana, quer pelo represamento das águas, quer pelo corte indiscriminado de muitas das espécies, pelo depósito de dejetos da atividade econômica ou mesmo pela utilização de seus solos pela agricultura.

O Rio Grande, aproximadamente dois quilômetros acima da Usina de Açúcar, despencava em inúmeras cachoeiras de até 30 metros de altura. Foi nessa região que se vislumbrou a possibilidade de implantação de uma hidrelétrica.

Assim é que, já em 1968, foi outorgada a FURNAS Centrais Elétricas S.A., empresa subsidiária da ELETROBRÁS, a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Marimbondo. Para o desenvolvimento das obras, a natureza foi vencida por um exército de homens e máquinas. A paisagem, que tanto encantara Maurício Goulart e outros pioneiros, foi perdendo sua força original e cedendo lugar àquela que viria a substituí-la. Foi uma mudança irreversível para Fronteira. Durante anos, trabalhando diuturnamente, engenheiros, técnicos e a imensa mão de obra vinda de tudo quanto é canto do país, transformam aquilo que a natureza construiu durante milênios.

O lago artificial, além de engolir inúmeras quedas d'água, inundou imensa quantidade de terras férteis, tanto do lado paulista como do lado mineiro, inclusive da Usina de Açúcar.

1.3.4. Perfil econômico

Se por um lado, a plantação de cana-de-açúcar e a produção de energia elétrica mudaram de forma decisiva a região onde está Fronteira, por outro, podemos afirmar que essas duas empresas estão inseridas na nossa história econômica.

Assim, Fronteira passa por três fases bem distintas na sua evolução sócio-econômica: a primeira foi com a instalação, já nos seus primórdios, da empresa produtora de açúcar e atualmente de álcool; a segunda, com a chegada da Usina Hidrelétrica de Marimbondo, de propriedade das Centrais Elétricas de FURNAS; e a terceira, com o surgimento de vários condomínios de médio e alto padrão às margens do lago artificial de FURNAS e às margens do Rio Grande, abaixo da barragem. É aí então que está a base da nossa economia: produção de energia e turismo.

Na agricultura, além dos grandes canaviais, vários pequenos produtores se dedicam à agricultura de subsistência e outros, com pequena bacia leiteira ou corte e produção de frutas (abacaxi).

Na área urbana, existe um comércio que abastece a cidade e o grande número de turistas que para cá se deslocam, principalmente nos finais de semana, época de férias ou de feriados prolongados (supermercados, mercearias, açougues, padarias, bares, lojas, farmácias, restaurantes, hotéis, pousadas, óticas). Conta ainda com uma agência do Banco do Brasil, uma agência do SICOB, um posto avançado do Bradesco e uma Agência da Caixa Econômica Federal

1.3.5. Estrutura da cidade



Adm. 2013/2016

Acidade de Fronteira possui os seguintes bairros:

Centro, Vila Reis, Vila Residencial de Furnas, Vila Eduardo Giraudon, Vila Chica, Vila Arruda, Jardim Ângelo Passuelo, Bairro Cohab, Jardim Simplício e Jardim Nossa Senhora da Paz.

Fora do núcleo urbano principal, existe ainda o Distrito de Santo Antônio do Rio Grande e os seguintes loteamentos com apelo turístico de alto e médio padrão: Samburá, Vale do Peixe, Jardim Dória Chaves, Jardim Florianópolis, Enseada Azul I, Enseada Azul II, Enseada Azul III, Lago e Sol, Jardim Veraneio, Meu Chão, Eco-Esportivo Santa Mônica e Residencial Náutico.

Os dados oficiais apurados pelo IBGE apontam uma população de aproximadamente 14.000 habitantes. O fato de ser um município com grande apelo turístico faz de Fronteira, na verdade, duas cidades: uma com dados oficiais e outra com dados extraoficiais. Existe, portanto, um descompasso entre sua população fixa e a população flutuante (turismo), além da população sazonal motivada pela mão de obra que para cá se desloca por ocasião da safra da cana-de-açúcar.

1.3.6. Histórico da Educação Escolar do Município

Logo no surgimento do núcleo populacional de Fronteira, houve uma preocupação dos pioneiros com a questão da Educação. Surgiu, já no início de 1949, a **Escola Rural João Kopke**, em homenagem ao renomado professor João Kopke, avô de Maurício Goulart (fundador de Fronteira).

Funcionou inicialmente em casas cedidas por algumas pessoas, até ter seu prédio próprio (onde hoje estão a Prefeitura e a Câmara Municipal). Ganhou, mais tarde, outro prédio, onde funciona até hoje.

Antes da municipalização do pré-escolar e da 1ª a 4ª séries, foi uma das maiores escolas de nossa superintendência, chegando a ter 53 turmas.

Diante da demanda, a partir do início da construção da Usina Hidrelétrica de Marimbondo, a E. E. João Kopke não mais conseguiu comportar o número de alunos do município e, através de negociações junto ao governo do Estado de Minas Gerais, criou-se a E. E. Poliana Ziza Ferreira, pelo Decreto nº 18.666 de 31/08/1977, situada à Av. Aurélio Luiz Mistieri, 370 – Centro, que atendia às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental.

Com o passar do tempo, em 1988, houve necessidade de criar uma extensão da E. E. Poliana Ziza Ferreira na Vila Reis, à Rua 23, nº 319, funcionando duas turmas no período matutino e duas no período vespertino. Essa extensão ficou uns anos desativada mas voltou a funcionar da mesma forma a partir de 2004.

Em 1978, iniciou-se de forma gradativa a extensão das últimas séries, completando-se assim o Ensino Fundamental na E. E. João Kopke, que logo após implantou o Ensino Médio, tendo também o Magistério. Atualmente oferece as quatro séries finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e, substituindo o Magistério, há o Ensino Médio Profissionalizante na área de Eletrotécnica, que conta com uma parceria entre o Estado, o Município, a empresa FURNAS, e o FAM (Fundo Assistencial de Marimbondo).

Hoje, a Educação está a cargo do Município, Estado e particular, ficando assim distribuída:

Ensino Infantil:

- **Creches Municipais** que atendem crianças de 0 a 3 anos em período integral, que são: **CMEI Dona Mençora** e **CMEI Dona Belinha**, ambas na área urbana e **CMEI Santo Antônio**, no Distrito de Santo Antônio do Rio Grande. Na iniciativa privada temos as escolas duas escolas: **Escola Particular Cachinhos Dourados de Educação Infantil e Ensino Fundamental** e **Escola Equilíbrio**.



Adm. 2013/2016

- Escolas que atendem crianças com 4 e 5 anos: **CMEI Dona Mençora, CMEI Dona Belinha, Pré-Escolar Turma da Mônica**, na zona urbana e **CMEI Santo Antônio** no Distrito de Santo Antônio do Rio Grande. Na iniciativa privada temos as escolas duas escolas: **Escola Particular Cachinhos Dourados de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Escola Equilíbrio e APAE**

Ensino Fundamental – Anos Iniciais - **E. M. Poliana Ziza Ferreira**, que oferece também a **EJA** de 1ª a 4ª série (Educação para Jovens e Adultos) a partir de 14 anos e **EM ABC**, na zonas urbana **EM Marechal Castelo Branco**, no Distrito de Santo Antônio do Rio Grande. Na iniciativa privada temos a **Escola Particular Cachinhos Dourados e APAE**.

Ensino Fundamental – Anos finais – **EE João Kopke e EE de Ensino Fundamental**.

Ensino Médio – **EE João Kopke**

APAE - atende a crianças com necessidades especiais, contando com parceria entre a Associação das APAEs do Brasil, Estado de Minas Gerais, Prefeitura Municipal, e apoio da própria comunidade.

Ensino Superior: Parceria entre Município e a EDUCAE. Para esse nível de ensino, o município oferece transporte aos interessados para: Frutal, Barretos e São José do Rio Preto.

Ensino Profissionalizante: A **EE João kopke** oferece o PRONATEC e o Município oferece transporte intermunicipal para Frutal, Barretos e São José do Rio Preto. Existem ainda parcerias com o SENAC e Sindicato Rural.